TL4052

**GATIMOR** – Gabinete dos Assuntos de Timor

AV. DUQUE DE LOULÉ 90 R/C. - DTO – 1000 LISBOA
TELEFONE 57 74 51

Ano: 1984 Meses: Janeiro/Março Nº: 14

# INFORMAÇÕES

## TIMOR, QUE FUTURO?...

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama, declarou recentemente que tem havido contactos "informais" com as autoridades indonésias, embora sem o carácter de negociações, sobre a questão de Timor.

O simples facto de, pela primeira vez, se reconhecer publicamente a existência de tais contactos constitui um factor novo e positivo. Sem significar verdadeira coragem, é uma atitude política séria e realista que pode estar na origem de uma possível solução justa do problema de Timor. Por isso mesmo só pecou por muito ter tardado e ter custado o sacrifício de centenas de milhar de vidas e o sofrimento de um povo inteiro cujo único pecado foi o de aspirar a ser ele próprio na sua identidade cultural, religiosa, histórica e também política.

Assim, a ocasião exige que se seja também claro na definição dos objectivos a atingir a curto, médio ou a longo prazo, os quais não deverão pôr em causa a identidade do povo timorense em qualquer das suas quatro vertentes atrás referidas. Um Semanário que tem pretensões a ser "avançado" em matéria da luta pela autodeterminação e "libertação" dos povos parece bem informado e adianta que estaria nas intenções "secretas" de certos sectores próximos daqueles que mais têm apoiado a Fretilin o reconhecimento do actual "statu quo". Relacionada com esta tese aparentemente baseada na melhor das intenções surge a opinião de que seria oportuno negociar a própria integração nos termos seguintes: Portugal reconheceria a integração de Timor mediante a garantia por parte da Indonésia do estabelecimento, em Dili, de um Consulado português e de um Centre Cultural (!!).

Por outro lado, continua a dar-se ênfase ao princípio de autodeterminação dos povos, assumindo neste particular especial importância a Nota divulgada oportunamente pela Comissão Permanente do Episcopado português que apela aos Governos de Portugal e da Indonésia para encontrarem uma solução justa que seja capaz de pôr termo aos sofrimentos do povo timorense. Como aviso que não pode ser esquecido levianamente, Monsenhor Martinho Lopes, último Administrador Apostólico de Timor, proclamava, em Coimbra, que os Timorenses continuarão a lutar "com a ONU ou sem a ONU" para verem reconhecido o seu direito à autodeterminação. Isto deve ser entendido como a expressão da inexorável determinação de um pequeno povo em vender caro a sua absorção num corpo que lhe é estranho. É ainda um apelo dirigido a Portugal para que utilize todos os meios diplomáticos e políticos para preservar essa identidade que ajudou a criar durante uma história comum de quatro séculos. A propósito, já em 1975, no dia seguinte à ocupação de Dili pelas forças invasoras, o Delegado da UDT, em Lisboa, em audiência concedida no Palácio Foz, declarou ao Sr. Dr. Almeida Santos: "Se nada for feito, dentro de dois anos, o Mundo ficará espantado com o que se vai passar em Timor. Haverá uma tão grande tragédia que não terá paralelo na História Contemporânea de Portugal e do Mundo!" A voz autorizada dos Bispos portugueses que se fez eco de muitas outras organizações nacionais e internacionais acaba de lembrar novameente essa mesma tragédia que não deverá estar ausente da memória dos evetuais "negociadores".

Parecem, pois, estar definidos dois objectivos: o primeiro acaba de ser lançado timida e pudicamente por uma publicação em cujas páginas se tem feito a defesa tenaz da Fretilin e o segundo radica nos princípios consignados na Carta das Nações Unidas. Entre essas duas alternativas, a escolha dos timorenses vai maioritariamente para a segunda. Têm por si todas as razões de princípio, políticas, históricas, etc..

## NOTÍCIAS... FACTOS... OPINIÃO...

[1] Monsenhor Martinho Lopes - Último Administrador Apostólico da Diocese de Dili, desde a sua chegada a Portugal tem feito diversas intervenções públicas, a nível nacional e internacional, em defesa do direito do povo timorense à autodeterminação. Das suas declarações que, infelizmente, tem sido utilizadas por alguns sectores para propaganda ideológica, ressaltam alguns aspectos fundamentais que convém registar. Em primeiro lugar, surge a afirmação de que a Resistência timorense é uma realidade que salta aos olhos dos mais cépticos e tem podido subsistir ao longo de mais de nove anos sem apoios exteriores, porque a sua causa é justa e digna. Por outro lado, insiste em que a Fretilin que resiste em Timor não é comunista, dado que os seus dirigentes que foram preparados no exterior e infiltrados no território já todos morreram por diversas causas ou se entregaram às autoridades militares indonésias como é o caso do seu Presidente, Xavier do Amaral. Finalmente, considera de grande importância a posição de Portugal como potência administrante para promover, a nível internacional, iniciativas que conduzam a uma solução justa.

As declarações de Monsenhor Martinho Lopes têm vindo a registar um visível progresso na terminologia empregada que cada vez se adapta melhor aos conceitos envolvidos na questão de Timor. Isto explica-se não só pelo isolamento em que, em Timor, tem estado relativamente ao jogo de interesses internacionais bem referenciados como também pela rápida adaptação que tem vindo a mostrar em relação aos mesmos, tornando mais clara a sua posição pessoal, podendo vir a contribuir futuramente para a unidade entre os timorenses. No entanto, torna-se necessário recordar que a Fretilin na sua origem, método de acção e ideologia é uma formação marxista e comunista. Não se trata, pois, de uma simples questão de sigla ou de nome, mas sim de uma clarificação que deve abarcar todos esses aspectos. Se os membros da Resistência timorense não são comunistas — — e, para além das declarações de Monsenhor Martinho Lopes, existem numerosas evidências e provas a esses respeito —, é preciso dizer claramente que não é a Fretilin que combate em Timor, mas sim nacionalistas timorenses, entre os quais se contam tanto antigos militantes da Fretilin, imbuídos de boa fé, como simpatizantes e militantes de outras organizações.

[2] Floresta de Enganos - Quem tenha acompanhado com o mínimo de atenção as últimas tomadas de posição e notícias publicadas nos meios de comunicação social sobre a questão de Timor sente-se emaranhado numa verdadeira teia de contradições. O sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao mesmo tempo que fala de um novo impulso para lançar iniciativas para a solução da questão de Timor, acentua contraditoriamente que interesses económicos dificultam a autodeterminação do povo timorense. Fica-se, assim, sem se saber se as tais novas iniciativas serão ponto de partida para contrapor aos interesses económicos razões políticas e de princípio de modo a chegar-se a uma solução justa ou se simplesmente se pretende antecipadamente retirar viabilidade e peso a essas mesmas iniciativas. Por outro lado, só aparentemente a Fretilin e o Governo parecem entregar-se a uma nova guerra de palavras. É conhecido que, em 1975, um dirigente desta formação actualmente no exterior referiu que o melhor caminho para a integração de Timor na Indonésia era a independência, a quel ajudou a proclamar apressadamente nas costas do povo timorense. Que diferença há entre os interesses económicos prevalecentes, em Timor, em 1975 e em 1984? Nenhumas, obviamente... Por outro lado, que sentido real poderá ter a recente viagem do dr. Manuel Tilman ao Extremo Oriente, onde estabeleceu contactos com autoridades indonésias, se nenhuma argumentação ou nenhum desenvolvimento positivo poderá trazer para pôr em confronto as razões económicas invocadas, por um lado, e o peso das razões de princípio, por outro, para se chegar a um equilíbrio? Positivamente, não conseguimos enxergar qualquer lógica e coerência em todas estas movimentações.

Algumas interpretações apressadas pretendem ver nas palavras do Monsenhor Martinho Lopes, quando se referiu à divulgação da Nota do Episcopado português, como se de uma crítica se tratasse. Na verdade, houve apenas nelas uma manifestação de apoio e satisfação. Monsenhor Lopes foi traído pela tradução literal do seu pensamento figurado na língua Tétum (língua franca de Timor) para a língua portuguesa. Muitas das afirmações do Monsenhor Lopes têm-se revelado ambíguas devido a essa inadequação entre o seu pensamento e a linguagem utilizada. Efectivamente, embora longamente esperado, o texto da Nota do Episcopado português, pelo seu equilíbrio e, sobretudo, pelo seu conteúdo riquíssimo, constitui a partir de agora um importante e fundamental ponto de referência.

[3] A Bandeira portuguesa: símbolo ou mito? - Um antigo militar do Exército timorense que combateu na Resis-

tência e se rendeu, em 1978, declarou que a maior parte das unidades militares colocadas sob o comando da Fretilin combateu arvorando a Bandeira portuguesa até à morte. Foi muito divulgado o caso do Sargento Aquiles que por esse facto foi morto à traição por forças fiéis ao Presidente da Fretilin, Xavier do Amaral, que mais tarde se viria, ele próprio, a entregar-se às autoridades indonésias. Mas esse crime foi o princípio da derrocada da ala comunista da Fretilin que, a começar pelo seu Presidente, se viu obrigada a entregar-se às autoridades militares indonésias por se ver rejeitada no seio da Resistência. A partir daí começou também a purificação interna da própria Resistência e a renovação de quadros e elementos de Comando.

Para os soldados que assim quiseram manter-se apegados à sombra da Bandeira portuguesa ela constituíu um símbolo mais do que um mito. Era um símbolo de soberania a que juraram dever respeito e obediência perante os representantes de Portugal. Para muitos desses militares a obediência devida aos dirigentes da Fretilin, dos quais alguns eram cumulativamente comandantes de unidade, como era o caso de Rogério Lobato, era a mesma que deveriam render ao Governador ou ao Comandante militar português. Quando finalmente obtiveram a prova provada de que tinham sido traídos na sua boa fé, decidiram proceder à purificação da própria Resistência. Daqui resultou o desaparecimento de todos os principais dirigentes da Fretilin como o próprio Monsenhor Martinho Lopes o testemunhou ainda recentemente.

[4] As razões da invasão de Timor - As autoridades indonésias invocaram diversas razões e motivos para decidirem a sua intervenção militar em Timor. Se recuarmos um pouco no tempo, poderemos identificá-las não tanto num esforço meramente académico mas, sobretudo, com o objectivo de a partir deste facto traçar uma estratégia de acção que retire à diplomacia indonésia a força da sua argumentação não só na ONU como nas chancelarias onde se trava a luta diplomática.

A primeira razão foi aparentemente a existência da Fretilin que, segundo a propaganda indonésia, implantaria, em Timor, um regime de cariz esquerdista que poria em risco a estabilidade não só da Região como da própria Indonésia. Este perigo imaginário ou real foi agitado desde os princípios de 1975, através de emissões rádio feitas de Kupang, capital de Timor Ocidental. Era constante o aviso de que, se o poder fosse entregue a um Partido esquerdista, as forças militares indonésias invadiriam imediatamente Timor. Estranhamente ou não a cada aviso a Fretilin respondia subindo o tom e o frenesim dos seus ataques à Indonésia e a figuras do regime de Jacarta. Deliberadamente, quando nem sequer a autodeterminação do povo timorense, então, se punha em causa, os dirigentes da Fretilin procuravam conduzir Timor para a confrontação directa com a Indonésia, criando riscos desnecessários.

Outro motivo bastante invocado foi o pretendido abandono de Timor por Portugal. O mais correcto certamente seria dizer que a situação político-militar que então se vivia em Portugal determinara a evolução dos acontecimentos. Na verdade, não só a Assembleia Constituinte houve por bem votar favoravelmente um articulado da Constituição de 1976 que vinculava Portugal às suas responsabilidades em relação a Timor como, em 1982, na Revisão constitucional, os dignos representantes do povo português não modificaram substancialmente o seu texto, letra e conteúdo.

Um terceiro motivo é o chamado documento de petição assinado por meia dúzia de dirigentes da UDT, APODETI, KOTA e Partido Trabalhista. Nenhum jurista do Mundo daria a este documento qualquer valor vinculativo até porque tanto na sua forma como no seu conteúdo não podia produzir qualquer efeito. Talvez por isso mesmo nenhuma das condições nela expressas com alguma solenidade de circunstância foi posta em execução. Por outro lado, a maioria dos dirigentes da UDT presos às ordens dos dirigentes da Fretilin, em Dili, emitiu uma Declaração rejeitando e denunciando a validade do documento. Infelizmente, os dirigentes da Fretilin, obcecados pelo poder que tão fragilmente detinham, não a deram a conhecer ao Mundo!

Uma quarta razão é a votação extorquida numa Assembleia de democraticidade obviamente nula, encenada em Dili, logo a seguir à ocupação da cidade, quando as armas ainda matraqueavam por todo o Timor, em que por razões óbvias se votou favoravelmente à anexação na Indonésia. Sabe-se exactamente que os membros dessa Assembleia foram recrutados e ensaiados apressadamente para fazerem ou representarem o seu papel como meros figurantes sem muita convicção mas completamente tolhidos de medo.

[5] O que é a Fretilin para o povo timorense - Um refugiado que esteve preso, em Timor, às ordens de dirigentes da Fretilin, transmitiu-nos a seguinte opinião: "Para o povo timorense, a Fretilin representa um elemento perturbador, devido à sua formação, actuação e ideologia. De início, formou-se com o nome de ASDT e era aceite pelo povo, mas mais tarde transformou-se na Fre-

tilin. A partir daí, o povo timorense retraíu-se um pouco em relação à Fretilin com receio de ela poder vir a prejudicar o futuro de Timor. O povo timorense considera os que ainda se encontram no mato pegando em armas como força libertadora do território e lutando pela libertação do seu povo. A força que está a combater está ineludivelmente ao serviço de Timor e do seu povo. O seu desejo é a presença de Portugal, em Timor, para garantir a salvação de milhares de vidas que se encontram à mercê das forças indonésias. É esta a política do povo".

6 A Ofensiva do Verão de 1983 - Acerca da ofensiva militar levada a cabo, em Timor, desde o mês de Agosto de 1983, registamos o seguinte testemunho que revela pormenores esclarecedores:

"A 13 de Agosto do ano findo chegaram a Dili, por mar e ar, aproximadamente dez mil homens. Conforme constava destinavam-se a efectuar uma operação em grande escala nas regiões ocupadas pelas forças de libertação de Timor.

"Após o seu desenbarque, tomaram medidas drásticas. Controlaram todos os locais onde os timorenses se iam abastecer de géneros alimentícios. Durante a noite penetravam nas casas a pretexto de não deixarem os "rebeldes" virem à cidade e prendiam os familiares dos que ainda se encontravam no mato a combater.

"Perto de Cajularan, no Concelho de Viqueque, praticaram atrocidades, assassinaram cerca de 30 mulheres e velhos. Os homens válidos conseguiram escapar para o mato. Do Concelho de Viqueque levaram sob prisão mais de 100 homens. Saíram de Viqueque de helicóptero, depois de bem amarrados de pés e mãos, e desconhece-se o seu destino. Também de Lautém foram levadas algumas famílias, incluindo mulheres, crianças e pessoas que porventura vivessem na mesma casa, desconhecendo-se o seu destino.

"Na mesma ocasião, na cidade de Dili, foi imposto o recolher obrigatório a partir das 20 horas, sob pena de serem mortos os infractores.

"Os comerciantes foram obrigados a apresentar, por casa, 40 rações de combate devidamente embaladas. Todas as viaturas pesadas e carrinhas foram mobilizadas para transporte de tropas e armamento para o local das operações".

7 Ocupação de propriedades - Muitas propriedades imóveis e agrícolas foram ocupadas em 1975 pelas forças invasoras, mas passados quase nove anos essas mesmas propriedades não foram ainda devolvidas aos seus legítimos proprietários nem por elas foram pagas quaisquer compensações. Sobretudo as propriedades agrícolas situadas no interior, nomeadamente as plantações de café, não podem ser tratadas pelos seus legítimos donos nem os frutos podem ser reclamados por estes. As propriedades nestas circunstâncias são consideradas pertença do Estado que estabelece e fixa preços injustos, impondo o seu monopólio sobre o comércio do café.

Em Dili, muitos comerciantes foram obrigados a desfazerem-se das suas casas comerciais, vendendo-as por preços de ocasião, a fim de conseguirem meios para abandonarem o território. Várias casas foram ocupadas desde 1975 pelos militares que nelas continuam a viver sem por elas pagarem qualquer renda. Os terrenos — quintais, na terminologia local — situados em Dili ou redondezas estão a ser igualmente vendidos pelos proprietários também por preços de ocasião, os quais procuram realizar um capital que lhes permita procurarem refúgio e segurança no exterior.

8 Reunião familiar - No âmbito da mediação estabelecida pela Cruz Vermelha Internacional, têm chegado a Portugal vários refugiados vindos de Timor. Nesse sentido foi posto em execução um programa de três pontos: 1) vinda para Portugal de parentes de primeiro grau dos refugiados já residentes na Europa que manifestem desejo nessa reunião familiar; 2) regresso a Portugal de todos os Portugueses naturais do Continente ou Regiões Autónomas, para tanto bastando que os respectivos familiares indiquem os seus nomes; 3) um terceiro ponto refere-se à vinda também para Portugal de todos os funcionários da administração portuguesa que tenham alguma vez essa vontade. Embora este ponto tenha sido também previsto ainda não se encontra em execução, esperando-se que possa ser considerado logo que tenha terminado a reunião familiar propriamente dita.

No entanto, é necessário pôr desde já o dedo na ferida. Todas as saídas de Timor têm apenas uma única causa: a insegurança permanente em que a vida decorre em Timor de tal modo que ninguém pode estar certo de que no dia seguinte ou mesmo horas depois possa ainda passear livremente na rua. A falta de segurança, a ausência de uma autoridade judial imparcial que aplique a justiça sem olhar a quem e o medo de as próprias ideias poderem ser interpretadas aleivosamente criaram um clima psicológico insuportável. Por isso, é necessário repor o problema globalmente, na medida em que os que puderam sair de Timor se podem considerar verdadeiramente bafejados pela sorte.

Por outro lado, o programa de reunião familiar parece, da parte das autoridades indonésias de Timor, ser considerada sob limitações de ordem política. Não são atendidas da mesma forma e com igual presteza todos os pedidos de reunião familiar. Por outro lado, dadas as limitações impostas às deslocações permitidas à Cruz Vermelha Internacional, em Timor, indivíduos que vivam no interior estão impossibilitadas de poderem ser contactados e darem cumprimento às formalidades exigidas. Além disso, são conhecidas as pressões psicológicas exercidas sobre aqueles que saem no sentido de ocultarem a verdade sobre o que efectivamente se passa em Timor com ameaças de vária ordem de que os parentes poderão sofrer graves consequências.

Por isso, é importante reafirmar que o programa de reunião familiar que a Cruz Vermelha Internacional vem desenvolvendo decorre da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Como tal não poderá sofrer limitações de qualquer ordem desde que haja famílias injustamente separadas. No entanto, esta questão não deve ser isolada do problema geral de Timor que, na sua globalidade, tem em conta a defesa dos direitos de todo o povo timorense. Não se compreende que possa haver quem defenda que só os que puderam sair é que não concordam com a integração de Timor na Indonésia. Pelo contrário, é a existência da Resistência timorense tanto passiva como activa, em Timor e no exterior, que deu sentido à necessidade urgente de estabelecer um programa de reunião familiar.

[9] **Encontro no Ministério dos Negócios Estrangeiros** - No dia 22 de Dezembro de 1983, o GATIMOR estabeleceu um contacto importante com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a fim de comunicar aos responsáveis pela diplomacia portuguesa no respeitante ao desenvolvimento da questão de Timor a perspectiva actualizada da situação interna vivida naquele território.

Acerca da ofensiva militar contra a Resistência timorense, iniciada em Agosto de 1983, foi referido que, devido ao facto de a operação não ter obtido os resultados esperados, o comando militar indonésio de Timor decidiu que a mesma fosse prolongada até fins de Abril de 1984. Foram analisadas algumas informações que davam conta de que estavam a ser empregados gases letais, na região de Matebian, a fim de desalojar elementos da Resistência protegidos pela vegetação ou que se defendiam tenazmente nos seus esconderijos: cavernas naturais ou pacientemente escavadas. Foi também considerada uma notícia que se referia ao desaparecimento de um ou dois batalhões que se tinham infiltrado naquela área, os quais não chegaram a regressar aos seus quartéis, admitindo-se que tenham sido dizimados pela Resistência timorense.

Apesar de tudo, facilmente se chegou à conclusão de que por mais heróica que tenha sido e continua a ser a resistência timorense não poderá impor uma vitória militar às forças militares indonésias. No entanto, foi reconhecido que a Resistência timorense, em Timor e no exterior, deu já suficientes provas de que existe uma identidade própria do seu povo e Portugal nunca poderá esquecer esse facto e continuará a desenvolver todas as iniciativas diplomáticas e políticas para garantir a sua defesa, embora fosse ao mesmo tempo reconhecido que a diplomacia portuguesa estava a atravessar uma fase de paragem momentânea.

Quanto à reunião familiar, foi sugerido que fosse implementado com maior vigor o programa lançado em fins de 1982 e que se encontrava momentaneamente suspenso, devido a dificuldades por causa das limitações impostas à deslocação de representantes da Cruz Vermelha Internacional ao interior de Timor ou mesmo a Dili. O desenvolvimento que desde então se verificou sugere a conclusão de que o assunto foi considerado e tratado com a seriedade que merece. Neste aspecto, merece especial realce o empenho com que Portugal encarou esta questão, em Genebra, a quando da discussão do problema das violações aos Direitos Humanos, no Mundo, na qual Timor voltou a estar presente pela voz do Embaixador português e de Monsenhor Martinho Lopes.

Foi sugerido também que o Governo português empenhasse mais directamente os timorenses na discussão da questão de Timor, assumindo o papel que lhe compete de árbitro entre as várias formações envolvidas. Até que o povo timorense possa ter condições ideais para definir por si só o seu próprio futuro, haveria algumas soluções intermédias de compromisso a considerar: autonomia sob soberania indonésia; autonomia sob soberania dupla de Portugal e da Indonésia; regresso da administração portuguesa com a presença de uma força militar indonésia ou internacional; território não autónomo sob supervisão da ONU. Estas alternativas foram analisadas tanto nos seus aspectos negativos como nos positivos. Verificou-se que as dificuldades políticas e diplomáticas decorrentes de interesses contrários impedem uma visão clara da problemática, embora teoricamente não o pareça.

Quanto ao papel desempenhado pela Fretilin, foi reconhecido que a sua actuação conduziu a uma divisão da opinião pública internacional relativamente à questão de Timor, e os países da área têm encontrado nesse facto motivo para actuarem em bloco contra os

interesses do povo timorense. Por isso, foi considerado que, se o papel da Resistência foi determinante, pode ser necessário chegar-se à conclusão de que qualquer solução viável para Timor não tenha de passar necessariamente pela Fretilin e até tenha de ser considerada sem a Fretilin.

Aparentemente a actual situação decorre da guerra civil que eclodiu em Agosto de 1975 e na sequência da qual a Fretilin assumiu o controle da situação em Timor. Foram passadas em revista os factos mais importantes que conduziram à guerra civil e à assunção do poder pela Fretilin, tendo-se concluído que não foram circunstâncias fortuitas que permitiram essa evolução dos acontecimentos, pelo que qualquer tomada de posição ou orientação futura deveria tê-las em conta.

A quatro meses de distância desse encontro, pode considerar-se que todos os assuntos tratados nesse importante encontro tiveram uma evolução considerada positiva.

10 **"Timor - 10 Anos depois"** - No dia 4 de Fevereiro, realizou-se no Hotel Roma, em Lisboa, um Seminário sobre o tema "Timor- 10 Anos depois". No encontro promovido pelo Centro de Acções para a Cooperação e o Desenvolvimento do IDL — Instituto Adelino Amaro da Costa é dirigido pelo Dr. José Henriques de Jesus, foram oradores Monsenhor Martinho Lopes, Dr. Luís Filipe Thomaz e Dr. Paulo Pires. Pelo Monsenhor Martinho Lopes foi afirmado que a componente religiosa é um factor determinante da identidade timorense, de tal modo que os membros da Resistência timorense são todos católicos, na sua expressão actual. O Dr. Luís Thomaz provou que a identidade timorense tem também raízes seculares que provêm das suas diferenças culturais em relação ao conjunto indonésio do qual sempre se manteve como corpo diferenciado até à chegada dos missionários portugeses, no século XVII. O Dr. Paulo Pires referiu-se às circunstâncias que determinaram a eclosão de guerra civil e à consequente intervenção armada da Indonésia.

Seguiu-se uma discussão acalorada sobre várias questões levantadas com as intervenções dos conferencistas. Uma das conclusões mais importantes foi que a Resistência timorense, dadas as condições da evolução da história de Timor era previsível e, quanto mais passa o tempo, mais se torna respeitada. Foi suscitada a questão da necessidade de uma maior união entre os timorenses para que o Governo português possa encontrar campo de manobra na sua intervenção. Neste aspecto, a resposta foi adiantada pelo próprio Monsenhor Martinho Lopes: a unidade deve ser gerada em torno da Resistência que é constituída por homens que combatem, em Timor, como nacionalistas e cristãos, pondo de parte problemas ideológicos. É uma orientação que o Governo pode e deve ter em conta nas iniciativas que pretende lançar.

11 **Os órfãos de Timor** - A guerra em Timor produziu, para além de muitos outros problemas humanos, a existência de muitos órfãos que estão entregues aos cuidados de familiares, quando os têm, ou talvez levados para parte incerta como potenciais escravos de guerra. Tem-se falado, e bem, da reunião familiar, do flagelo da fome e das doenças e das violações aos direitos humanos, mas ainda não foi dado o devido relevo ao problema dos órfãos de Timor. Quantos são? Quem está a garantir a sua sobrevivência, educação e segurança? O Governo português deveria, também neste campo, mobilizar as atenções das organizações internacionais, nomeadamente a UNICEF, para que seja garantida a todas as crianças naquelas condições uma assistência humanitária minimamente eficaz. As instituições religiosas que se têm debruçado sobre esta questão lutam naturalmente com dificuldades e limitações de toda a ordem, mas o seu concurso continua a ser importante para minorar os efeitos no desenvolvimento integral das crianças órfãs.

Entretanto, têm chegado a Portugal, no âmbito do programa de reunião familiar, algumas crianças naquelas condições que esbarram com dificuldades inesperadas até para se registarem, nos Registos Centrais de Lisboa, dada a inexistência de legislação que contemple idênticas situações, o que só por si realça ainda mais o drama dessas crianças. Sendo a mãe quem deve realizar o acto de registo, uma criança timorense órfã de mãe e até de pai e mãe encontra pela frente óbices quase intransponíveis.

12 **Refugiados de Timor em Portugal** - Os refugiados de Timor em Portugal estão a ser assistidos pelo Centro Regional e Segurança Social de Lisboa que lhes fornece dois tipos de ajuda: alojamento em Centros de Acolhimento e atribuição de um subsídio de manutenção. Este admite os seguintes escalões: pessoa singular - 4.000$00; Agregado familiar de 2, 3 e 4 pessoas - 10.400$00; Agregado familiar de 5 e 6 pessoas - 11.700$00; Agregado familiar de 7 ou mais pessoas - 13.000$00. Para além desta situação não tem sido possível encarar um programa de integração social

em Portugal. Este facto está relacionado com dificuldades de vária ordem, mas a solução para a ultrapassagem desta situação de estagnação tem surgido das facilidades de imigração para a Austrália concedidas pelo Governo Liberal e agora também renovadas pelo Governo Trabalhista no poder em Camberra.

Entretanto, o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa tem já preparado um projecto que visa a reducção dos actuais níveis do subsídio de manutenção. Esta decisão virá obviamente colocar problemas graves no futuro, dado que, nas actuais circusntâncias, os problemas de integração têm tendência a agravar-se e não o contrário. Uma posição mais maleável do Centro Regional conjugada com outras iniciativas programadas para o curto prazo poderão fornecer dados para outro tipo de soluções que não a que acaba de ser tomada que parece ser a menos aconselhável.

13 Lemos Pires arrependido? - O último Governador de Timor, Lemos Pires, tem-se mostrado ultimamente mais prestável aos Refugiados de Timor, procurando resolver os problemas destes. Assim, tem assinado Declarações atestando a qualidade de funcionários públicos de alguns refugiados chegados a Portugal, no âmbito do programa de reunião familiar. Dir-se-à que não cabe propriamente nas funções de um Governador passar ou assinar Declarações para atestar a qualidade de funcionários públicos de servidores do Estado com categorias abaixo das de Directores ou Chefes de Serviço, tanto mais que um Governador não está em condições de os conhecer pessoalmente. Por isso, o único comentário que se oferece é que Lemos Pires está deveras arrependido pelo que não soube ou não pôde fazer em Timor, como Governador, e agora pretende reabilitar-se na opinião dos timorenses prestando-lhes serviços menores que caberiam melhor nas competências dos seus subordinados até à categoria de Sargentos, no escalão militar, e de Segundos oficiais, no civil.

14 A Fretilin e a questão de Timor - A estratégia seguida pela Fretilin foi a de se colocar claramente contra os regimes e os sistemas de governo vigentes nos países vizinhos de Timor. Em nome dessa estratégia desferia ataques constantes contra a presença portuguesa em Timor, classificando-a de colonialista, e contra o regime indonésio, chamando-lhe retrógrado e capitalista. O mais estranho é que, à medida que esses ataques cresciam, mais a Comissão do MFA de Timor lhe concedia favores. Os Majores Mota e Jónatas chegavam a encabeçar várias manifestações promovidas pela Fretilin, redigiam "Comunicados" em nome dessa formação em que se classificavam os portugueses e chineses residentes em Timor de "colonislistas" e "opressores" e classificavam publicamente Xavier do Amaral de Presidente.

Ao mesmo tempo faziam-se chegar "recados" aos dirigentes da UDT chamando a sua atenção para o perigo representado pela Fretilin: estaria em marcha a estratégia de guerra civil? Mas, porque a Fretilin era reconhecidamente mais fraca, garantiu-se-lhe a entrega de algumas unidades militares, entre as quais o Centro de Instrução de Aileu, para onde foram transferidos material de guera e munições de outras unidades que ficaram assim em inferioridade. Por outro lado, foram guindados ao posto de oficais alguns dirigentes da Fretilin chamados novamente às fileiras, quando já tinham passado à disponibilidade, como é o caso de Rogério Lobato.

A Fretilin prosseguiu uma estratégia que conduzia Timor para a guerra contra um poderoso vizinho que vezes sem conta tinha manifestado claramente a sua posição de não permitir qualquer aventureirismo dos dirigentes timorenses. Uma tal estratégia só podia ser congeminada por doidos varridos ou por quem não amava Timor nem queria bem ao seu povo.

No exterior, os dirigentes da Fretilin sempre se opuseram à vinda para Portugal dos Refugiados de Atambua, primeiramente, e nada fizeram, posteriormente, para que fosse minorado o sofrimento do povo timorense como não aceitaram qualquer programa de reunião familiar, argumentando ingenuamente que isso só poderia significar o reconhecimento da anexação de Timor pela Indonésia.

Quem neste momento quisesse apoiar a Fretilin deveria coerentemente iniciar imediatamente também uma campanha no sentido de se criarem condições para uma acção militar de envergadura contra a Indonésia. Na verdade, os factos demonstram que a Indonésia invadiu Timor e dizimou populações de muitos "reinos" invocando o perigo comunista representado pela Fretilin. Não conta para o caso e de nada serve vir agora dizer que a Fretilin que luta em Timor não é comunista, porque com isso não se resolve a questão de fundo. É necessário, é urgente, é justo e é imperioso afirmar que todo o povo timorense nada tem a ver com o comunismo internacional cuja revolução de carácter desumano alguns quiseram impor a Timor com a cumplicidade dos dirigentes da Fretilin que eram na sua maioria ex-informadores da ex-PIDE/DGS e que por esse facto foram joguete nas mãos dos inimigos de Timor e, porque não?, também de Portugal e da sua História.

...

15 Timorense apela ao General Soeharto - Em 22 de Agosto de 1983, um timorense, residente na cidade australiana de Perth, dirigiu o seguinte apelo ao Presidente Soeharto da República da Indonésia:

"President Soeharto
Republic of Indonesia,
Istana Bina Graha
Jakarta
Indonesia.

"Dear Mr. President,

"I am Writing on behalf of the East Timorese in Western Australia to ask you te stop any further persecution of our countrymen in East Timor.

"Recently, the Australian media reported the comments of Indonesia's Armed Forces Commander, General Benny Moerdani who threatened to wipe out the Nationalists resistance in East Timor in the harshest manner. Over the past 8 years your government has been using the same strategy in the name of peace, to kill thousands of our people. According to reliable assessments, more than 200,000 East Timorese have already died since the invasion.

"We urge you Mr. President, to cease the current war of terror against the East Timorese and to punish General Moerdani for his acts of inhumanity towards our people.

"We make it clear that self-determination and independence of our people and country cannot be negotiated. Let East Timor be East Timor and we will continue to fight for the liberation and self-determination of our country and people.

"Yours sincerely,
"(Sign.) Romeo Baptista".

Com a mesma data, foi endereçado o seguinte texto ao Secretário Geral da ONU:

"The Secretary General,
"United Nations
"New York City,
"New York, U.S.A.

"Dear Sir

"I am Writing on behalf of the East Timorese in Western Australia to ask for your Organization's support in assisting our counstrymen still living in East Timor.

"Recently, the Australian media reported the comments of Indonesia's Armed Forces Commander, General Benny Moerdani who thratened to wipe out the Nationalists resistance in East Timor in the harshest manner. Over the past 8 years the Indonesian Government has been using the same atrategy in the name of peace, to kill thousands of innocent and unarmed people. According to reliable assessments, more than 200,000 East Timorese have already died since the invasion.

"We wish to alert the whole world to this situation and urge your organization to pressurise the Indonesian Government not to carry out this latest act of atrocities. Our community also asks you not to support this Government politically, over the question of Indonesia's right to annex East Timor.

"Yours sincerely,
"(Sign.) Romeo Baptista".

Idêntico apelo foi também dirigido a:

"Amnesty International,
"International Secretariat,
"10 Southampton Street,
"London WC2E 7HS

"Dear Sir,

"..... ".
"(Sign.) Romeo Baptista".

TIMOR SÓ É TIMOR PELO FACTO DE TER SIDO COLONIZADO POR PORTUGAL E O SEU PASSASO RECENTE COMO MUITOS FACTOS DA SUA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA NÃO PODEM SER COMPREENDIDOS FORA DESTE QUADRO. NÃO TEMOS RECEIO DE ACRESCENTARMOS MESMO QUE ESSE FACTO É O NOSSO MAIOR ORGULHO; POIS AÍ SE ENCONTRAM AS RAÍZES E O HÚMUS DA IDENTIDADE DO POVO TIMORENSE...